



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2010-JFPB

Aos trinta dias do mês de junho do ano de 2010, a **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**, com sede na Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - Brisamar - João Pessoa (PB), inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.433.643/0001-42, a seguir denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representada pela Dra. Helena Delgado Ramos Fialho Moreira, Juíza Federal Diretora do Foro, CPF/MF nº 606.580.880-68, institui a presente **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2010 - JFPB, cujo objetivo fora à formalização de registro de preços para prestação de serviços de manutenção predial nos edifícios-sede da Seção Judiciária da Paraíba nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Sousa/PB, processada nos termos do Processo Administrativo nº 159/2010-JFPB, a qual se constitui em **documento vinculativo e obrigacional** às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços** referente à execução de serviços de manutenção predial nos edifícios-sede da Seção Judiciária da Paraíba, a saber: **LOTE 1)** serviços de manutenção predial no edifício-sede da Justiça Federal em **João Pessoa/PB**; **LOTE 2)** serviços de manutenção predial no edifício-sede da Justiça Federal em **Campina Grande/PB**; **LOTE 3)** serviços de manutenção predial no edifício-sede da Justiça Federal em **Sousa/PB**, cujo prestador do serviço, quantitativos, especificações e preços foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**;

parágrafo único - qualquer órgão ou entidade de qualquer esfera da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no art. 8º do Decreto nº 3.931/2001.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos prestadores do serviço, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

- b) convocar os particulares, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;
- c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
- f) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
- g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;
- h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

- a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à prestação de serviço pretendida;
- c) contatar a empresa prestadora que consta na competente ARP quanto ao interesse em prestação de serviço, observando-se que toda prestação de serviço não poderá prejudicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR sob qualquer pretexto;
- d) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- e) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;
- f) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

g) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DO SERVIÇO

O PRESTADOR DO SERVIÇO obriga-se a:

a) assinar a ARP e assinar o termo de contrato, se for o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não da prestação de serviço a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) prestar os serviços nos prazos estabelecidos no termo de referência (anexo I do edital de licitação pregão eletrônico nº 04/2010-JFPB);

d) prestar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) prestar o serviço no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o prestador do serviço e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao (s) serviço (s) executado (s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) apresentar, quando da assinatura deste instrumento, planilha de formação de preços atualizada contendo a distribuição proporcional dos valores finais ofertados na sessão de licitação, após os lances, se for o caso;

l) manter, durante e vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

m) arcar com todas as despesas, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, despesas com material e mão-de-obra, etc...

n) absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%, na forma do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução 114/2010-CJF.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 29 de junho de 2011.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o prestador do serviço e as especificações dos bens registrados nesta Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			
LOTE 01 - SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL JOÃO PESSOA					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Unid.	12	CREA-ART	0,00	0,00
2	Dia	365	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	78,32	28.585,13
3	Dia	365	FERRAMENTAS, EPI E EPC 10 OPERÁRIOS/DIA	19,73	7.201,90
4	Dia	365	LIMPEZA PERMANENTE	7,72	2.816,89
5	M ²	6	PLACA DO SERVIÇO	161,61	969,64
6	M ²	150	RETIRADA CUIDADOSA DE PISO DE GRANITO	3,65	547,11
7	M ²	100	RETIRADA CUIDADOSA DE REVESTIMENTO DE MÁRMORE	3,65	364,74
8	M ²	7200	LAVAGEM DAS FACHADAS	3,08	22.155,61
9	M ²	250	REGULARIZAÇÃO SARRAFEADA	13,27	3.318,23
10	M ²	100	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE MÁRMORE	11,85	1.184,66
11	M ²	150	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE GRANITO	11,85	1.776,99
12	M ²	10	REVESTIMENTO DE MÁRMORE BRANCO	178,16	1.781,61
13	M ²	1500	PISO VINÍLICO	65,15	97.727,14
14	M ²	10	PISO DE GRANITO VERDE UBATUBA	224,70	2.247,02
15	M ²	230	POLIMENTO DO PISO DE GRANITO	4,63	1.065,01
16	M ²	50	EMBOÇO	18,87	943,30
17	M ²	100	REPARO DO REJUNTE - REVESTIMENTO CERÂMICO	1,51	151,40
18	M ²	1000	REPARO DO REJUNTE - FACHADA DE	1,75	1.749,96



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			
LOTE 01 - SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL JOÃO PESSOA					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
			MÁRMORE		
19	M ²	2000	REPARO DO REJUNTE - COLUNAS DE MÁRMORE	0,73	1.455,02
20	M ²	7200	IMPERMEABILIZAÇÃO DAS FACHADAS	3,57	25.694,85
21	M ²	100	FORRO DE GESSO ACARTONADO	73,65	7.364,56
22	M ²	0	FORRO DE GESSO EM PLACAS 60 X 60 CM	20,68	R\$ 0,00
23	M ²	220	REPOSIÇÃO DE PINGADEIRA EM ALUMÍNIO	26,71	5.876,51
24	M ²	2000	LAVAGEM DAS ESQUADRIAS	1,46	2.910,04
25	M	4200	LACRE DOS CAIXILHOS DAS ESQUADRIAS	5,18	21.760,40
26	M ²	20	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - JANELAS	164,76	3.295,22
27	M ²	20	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - PAINÉIS DE VIDRO ANTÉLIO	374,79	7.495,71
28	M ²	700	PINTURA COM TINTA LATEX ACRÍLICA - MURO	10,40	7.280,99
29	M ²	300	PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO - MURO	11,75	3.524,49
30	M ²	1000	EMASSAMENTO DE PAREDE	6,64	6.636,07
31	M ²	1200	EMASSAMENTO DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	6,90	8.281,81
32	M ²	15000	PINTURA DE PAREDE	9,62	144.371,31
33	M ²	8500	PINTURA DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	11,46	97.437,12
34	M ²	800	PINTURA DE PORTAS DE MADEIRA	11,63	9.304,26
35	M	2300	PINTURA DE RODAPÉS E CORRIMÃOS DE MADEIRA COM VERNIZ ACETINADO	7,51	17.275,40
36	M	280	PINTURA DE CORRIMÃOS DE METAL	5,26	1.472,72
37	M ²	250	PINTURA DE SUPERFÍCIE METÁLICA	10,61	2.651,97
38	M ²	2200	MANUTENÇÃO NA COBERTA	7,51	16.524,30
39	M ²	50	INSTALAÇÃO DE TELHAS NOVAS	28,29	1.414,71
40	M ²	1200	LAVAGEM DE CALHAS, RUFOS E LAJES	3,80	4.565,61
41	M ²	250	IMPERMEABILIZAÇÃO DE RUFOS	50,90	12.724,04
42	M ²	400	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS	68,28	27.311,10
43	M ²	550	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES	68,28	37.552,76
44	M	50	RECOMPOSIÇÃO DE JUNTAS DE MOVIMENTAÇÃO - COBERTA E FACHADAS	16,65	832,70

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

LOTE 02 - SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL - CAMPINA GRANDE					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Unid.	12	CREA-ART	0,00	0,00
2	Dia	365	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	78,02	28.475,74
3	Dia	365	FERRAMENTAS, EPI E EPC 10 OPERÁRIOS/DIA	19,66	7.174,34
4	Dia	365	LIMPEZA PERMANENTE	7,69	2.806,11
5	M ²	6	PLACA DO SERVIÇO	160,99	965,93
6	M ²	150	RETIRADA CUIDADOSA DE PISO DE GRANITO	3,63	545,01
7	M ²	100	RETIRADA CUIDADOSA DE REVESTIMENTO DE MÁRMORE	3,63	363,34
8	M ²	3500	LAVAGEM DAS FACHADAS	3,07	10.728,87
9	M ²	150	REGULARIZAÇÃO SARRAFEADA	13,22	1.983,32
10	M ²	100	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE MÁRMORE	11,80	1.180,13
11	M ²	150	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE GRANITO	11,80	1.770,19
12	M ²	20	REVESTIMENTO DE MÁRMORE BRANCO	177,48	3.549,59
13	M ²	500	PISO VINÍLICO	64,90	32.451,05
14	M ²	20	PISO DE GRANITO VERDE UBATUBA	223,84	4.476,84
15	M ²	150	POLIMENTO DO PISO DE GRANITO	4,61	691,92
16	M ²	50	EMBOÇO	18,79	939,69
17	M ²	1800	REPARO DO REJUNTE - REVESTIMENTO CERÂMICO	1,51	2.714,78
18	M ²	1000	REPARO DO REJUNTE - FACHADA DE MÁRMORE	1,74	1.743,26
19	M	0	REPARO DO REJUNTE - COLUNAS DE MÁRMORE	0,72	0,00
20	M ²	3500	IMPERMEABILIZAÇÃO DAS FACHADAS	3,56	12.442,75
21	M ²	100	FORRO DE GESSO ACARTONADO	73,36	7.336,38
22	M ²	100	FORRO DE GESSO EM PLACAS 60 X 60 CM	20,60	2.059,84
23	M	60	REPOSIÇÃO DE PINGADEIRA EM ALUMÍNIO	26,61	1.596,55
24	M ²	800	LAVAGEM DAS ESQUADRIAS	1,45	1.159,56
25	M	1500	LACRE DOS CAIXILHOS DAS ESQUADRIAS	5,16	7.741,83
26	M ²	10	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - JANELAS	164,13	1.641,31
27	M ²	0	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - PAINÉIS DE VIDRO ANTÉLIO	373,35	0,00
28	M ²	750	PINTURA COM TINTA LATEX ACRÍLICA - MURO	10,36	7.771,21
29	M ²	200	PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO - MURO	11,70	2.340,67
30	M ²	1000	EMASSAMENTO DE PAREDE	6,61	6.610,67
31	M ²	1200	EMASSAMENTO DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	6,88	8.250,12
32	M ²	4500	PINTURA DE PAREDE	9,59	43.145,65
33	M ²	3300	PINTURA DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	11,42	37.683,77
34	M ²	300	PINTURA DE PORTAS DE MADEIRA	11,59	3.475,74
35	M	1500	PINTURA DE RODAPÉS E CORRIMÃOS DE MADEIRA COM VERNIZ ACETINADO	7,48	11.223,45
36	M	150	PINTURA DE CORRIMÃOS DE METAL	5,24	785,94
37	M ²	150	PINTURA DE SUPERFÍCIE METÁLICA	10,57	1.585,09
38	M ²	1200	MANUTENÇÃO NA COBERTA	7,48	8.978,76
39	M ²	50	INSTALAÇÃO DE TELHAS NOVAS	28,19	1.409,30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			
LOTE 02 - SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL - CAMPINA GRANDE					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
40	M ²	500	LAVAGEM DE CALHAS, RUFOS E LAJES	3,79	1.895,06
41	M ²	100	IMPERMEABILIZAÇÃO DE RUFOS	50,70	5.070,14
42	M ²	250	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS	68,02	17.004,12
43	M ²	150	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES	68,02	10.202,47
44	M	50	RECOMPOSIÇÃO DE JUNTAS DE MOVIMENTAÇÃO - COBERTA E FACHADAS	16,59	829,52

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			
LOTE 03 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SOUSA					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Unid.	12	CREA-ART	0,00	0,00
2	Dia	365	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	79,10	28.869,84
3	Dia	365	FERRAMENTAS, EPI E EPC 10 OPERÁRIOS/DIA	19,93	7.273,63
4	Dia	365	LIMPEZA PERMANENTE	7,79	2.844,94
5	M ²	6	PLACA DO SERVIÇO	163,22	979,30
6	M ²	0	RETIRADA CUIDADOSA DE PISO DE GRANITO	3,68	R\$ 0,00
7	M ²	0	RETIRADA CUIDADOSA DE REVESTIMENTO DE MÁRMORE	3,68	R\$ 0,00
8	M ²	120	LAVAGEM DAS FACHADAS	3,11	372,94
9	M ²	150	REGULARIZAÇÃO SARRAFEADA	13,41	2.010,77
10	M ²	0	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE MÁRMORE	11,96	0,00
11	M ²	0	REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE GRANITO	11,96	0,00
12	M ²	0	REVESTIMENTO DE MÁRMORE BRANCO	179,94	0,00
13	M ²	0	PISO VINÍLICO	65,80	0,00
14	M ²	0	PISO DE GRANITO VERDE UBATUBA	226,94	0,00
15	M ²	0	POLIMENTO DO PISO DE GRANITO	4,68	0,00
16	M ²	500	EMBOÇO	19,05	9.527,00
17	M ²	50	REPARO DO REJUNTE - REVESTIMENTO CERÂMICO	1,53	76,45
18	M ²	0	REPARO DO REJUNTE - FACHADA DE MÁRMORE	1,77	0,00
19	M	0	REPARO DO REJUNTE - COLUNAS DE MÁRMORE	0,73	0,00
20	M ²	120	IMPERMEABILIZAÇÃO DAS FACHADAS	3,60	432,51
21	M ²	0	FORRO DE GESSO ACARTONADO	74,38	0,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

EMPRESA:		CONSTRAL - CONSTRUTORA E CONSULTORIA SANTO ANTÔNIO LTDA.			
CNPJ:	10.758.902/0001-45	FONE:FAX (83)-3247-0449			
END.:	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 415 - SL 305 - Tambaú - João Pessoa/PB.	E-MAIL: constral.construtora@hotmail.com			
LOTE 03 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SOUSA					
Item	Un.	Quant.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
22	M ²	100	FORRO DE GESSO EM PLACAS 60 X 60 CM	20,88	2.088,34
23	M	0	REPOSIÇÃO DE PINGADEIRA EM ALUMÍNIO	26,98	0,00
24	M ²	40	LAVAGEM DAS ESQUADRIAS	1,47	58,78
25	M	300	LACRE DOS CAIXILHOS DAS ESQUADRIAS	5,23	1.569,80
26	M ²	10	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - JANELAS	166,40	1.664,02
27	M ²	0	SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS QUEBRADOS - PAINÉIS DE VIDRO ANTÉLIO	378,52	0,00
28	M ²	1500	PINTURA COM TINTA LATEX ACRÍLICA - MURO	10,51	15.757,53
29	M ²	200	PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO - MURO	11,87	2.373,06
30	M ²	1000	EMASSAMENTO DE PAREDE	6,70	6.702,16
31	M ²	1200	EMASSAMENTO DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	6,97	8.364,30
32	M ²	3500	PINTURA DE PAREDE	9,72	34.022,17
33	M ²	1600	PINTURA DE FORRO DE GESSO ACARTONADO	11,58	18.523,79
34	M ²	300	PINTURA DE PORTAS DE MADEIRA	11,75	3.523,85
35	M	0	PINTURA DE RODAPÉS E CORRIMÃOS DE MADEIRA COM VERNIZ ACETINADO	7,59	0,00
36	M	200	PINTURA DE CORRIMÃOS DE METAL	5,31	1.062,42
37	M ²	100	PINTURA DE SUPERFÍCIE METÁLICA	10,71	1.071,35
38	M ²	1500	MANUTENÇÃO NA COBERTA	7,59	11.378,78
39	M ²	100	INSTALAÇÃO DE TELHAS NOVAS	28,58	2.857,60
40	M ²	300	LAVAGEM DE CALHAS, RUFOS E LAJES	3,84	1.152,77
41	M ²	100	IMPERMEABILIZAÇÃO DE RUFOS	51,40	5.140,31
42	M ²	100	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS	68,96	6.895,78
43	M ²	100	IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES	68,96	6.895,78
44	M	0	RECOMPOSIÇÃO DE JUNTAS DE MOVIMENTAÇÃO - COBERTA E FACHADAS	16,82	0,00

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com o disposto no item 13.0 do edital de licitação pregão eletrônico 04/2010;

parágrafo primeiro - caso o PRESTADOR DO SERVIÇO seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, este não ficará sujeito à retenção prevista na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pelas Instruções Normativas SRF nºs 539, 706 e 765, respectivamente de 25/abril/2005,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

09/janeiro/2007 e 02/agosto/2007, quando será verificado por servidor da Seção de Orçamento e Finanças da Justiça Federal na Paraíba, junto ao SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, do termo de opção de que trata a Instrução Normativa SRF n° 608, de 09/janeiro/2006, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

Parágrafo segundo - o pagamento da nota fiscal/fatura só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

parágrafo terceiro - havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Justiça Federal na Paraíba/Caixa Econômica Federal procederá à atualização financeira diária de seus débitos, através da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) "pró rata", tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$R = V \times I$ onde: R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGP-DI (FGV) dos últimos 12 meses.

Parágrafo quarto - o pagamento de cada fatura/nota fiscal só se efetivará: **1)** depois de confirmada a situação de regularidade para com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal através dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débitos - CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil, aceitando-se para prova de regularidade, além das certidões aqui dispostas, outros documentos equivalentes, na forma da lei; **2)** mediante apresentação dos seguintes comprovantes em relação a todos os empregados vinculados à execução dos serviços ao mês a que se refere a medição: **2.1) Na primeira medição:** a) abertura da CEI do Serviço junto ao INSS; b) Registro da Serviço no CREA-PB; c) relação dos empregados vinculados ao Serviço com respectivos registros do CAGED; d) apresentação dos comprovantes de garantia contratual, quando for o caso, e seguro obrigatório contra acidentes de trabalho; **2.2) Nas demais medições:** a) comprovantes do CAGED dos empregados vinculados à Serviço, quando houver admissão ou demissão de mão-de-obra; b) de pagamento dos salários, férias, indenizações, verbas rescisórias ou demais verbas trabalhistas; c) recolhimento do FGTS e da Previdência Social; d) entrega dos vales-transportes relativos ao mês do faturamento e vales-refeição, se for o caso, ou respectivo pagamento através de pecúnia, juntamente com a remuneração mensal do empregado; e e) cópias dos documentos a que se referem as alíneas '5.2.16' a '5.2.20' do subitem 5.2 do Projeto Básico, se for o caso. **2.3) Na última medição:** a) a liberação da última parcela dar-se-á mediante apresentação da CND do CEI - Cadastro do Empregador individual deste serviço, observando o disposto na alínea '5.2.17' do subitem 5.2 do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

Projeto Básico, em caso de contratação de empregados na forma do art. 443, §2º, alínea 'a', da CLT;

parágrafo quinto - o pagamento da fatura/nota fiscal será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no item 9.0 do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital), na presente ARP e no disposto no item 13.0 do edital de licitação Pregão Eletrônico nº 04/2010;

parágrafo sexto - nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do PRESTADOR DO SERVIÇO, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

CLÁUSULA NONA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o prestador do serviço e a especificação resumida do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

parágrafo primeiro - a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos prestadores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

parágrafo segundo - ocorrendo majoração no preço registrado, deverá o prestador do serviço requerer, em tempo hábil, o devido reajuste antes de ser efetuado o pedido do objeto por parte da Administração, mediante a emissão da competente nota de empenho, se for o caso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR DO SERVIÇO

O **PRESTADOR DO SERVIÇO** terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;
- b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo/assinar termo de contrato estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, quando for o caso;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços/ Contrato Administrativo celebrado em virtude do presente Registro de Preços;
- e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
- f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio **PRESTADOR DO SERVIÇO**, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

parágrafo único - o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Juiz Federal Diretor do Foro do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a **prévia defesa** e o **contraditório**, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em):

- a) **advertência**, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
- b) **multa** de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor total registrado em favor do particular inadimplente, para os casos de reincidência em infrações anteriormente punidas com pena de advertência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

c) **multa** de 7% (sete por cento), calculada sobre o valor total registrado em favor do particular inadimplente, nos casos de infrações graves que acarretem o cancelamento ou suspensão do presente Registro de Preços;

d) **suspensão temporária** de participação em certame licitatório e impedimento de contratar com o órgão gerenciador e participante deste Registro de Preços pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese prevista na alínea anterior (cumulativamente);

parágrafo único - os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Processo Administrativo nº 159/2010-SA;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2010-JFPB e anexos;
- c) Proposta Comercial da PRESTADORA;
- d) Ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 04/2010.

Parágrafo único - os casos omissos deste ajuste serão resolvidos de acordo com os termos da legislação pertinente a contratações firmadas pela Administração Pública, vigente à época.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Executados os serviços objeto desta ARP, a Comissão de Acompanhamento deverá recebê-los:

a) **Provisoriamente**, em até 10 (dez) dias corridos contados da data de entrega dos serviços pela CONTRATADA, mediante prévia e rigorosa conferência nos serviços, emitindo-se Termo de Recebimento Provisório no qual constarão todas as pendências do serviço, bem assim o prazo para solução (que será de 20 dias, podendo ser prorrogado mediante justificativa da administração ou a pedido da CONTRATADA);

b) **Definitivamente**, mediante nova vistoria detalhada do objeto a ser recebido, após sanadas todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, emitindo-se, em até 10 (dez) dias corridos contados da vistoria, Termo de Recebimento Definitivo.

Parágrafo único - a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços representa o cumprimento integral da obrigação assumida pela CONTRATADA quanto ao objeto recebido e a aceitação por parte da CONTRATANTE, não eximindo, entretanto, aquela da responsabilidade civil pela autoria dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa (PB), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, _____ (Marcos Antônio Braga Guimarães), Supervisor da Seção de Licitações e Contratos, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular prestador do serviço.

HELENA DELGADO RAMOS FIALHO MOREIRA
Pelo Órgão Gerenciador

FERNANDO FLEURY WANDERLEY SOARES
Pela Empresa Prestadora